



FORMAÇÃO NACIONAL DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS

KELLY DIAS HOFFMANN; DANIELA RIVA KNAUTH; FABIANA SCHNEIDER PIRES; LEANDRO RAIZER; LUCIANA BARCELLOS TEIXEIRA

RESUMO

Os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate às Endemias (ACE) são profissionais de saúde que há muitos anos aguardam a oportunidade de realizarem uma formação técnica. Este trabalho retrata a formação técnica nacional ofertada a estas duas categorias profissionais, através do Programa Saúde com Agente, que ocorreu no período de 2022/2023. Mais de 5 mil municípios brasileiros aderiram ao Programa, que foi desenvolvido através de uma parceria institucional entre a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES), o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Foram ofertadas 200 mil vagas para dois cursos técnicos, e foi desenvolvida uma pesquisa com metodologia quantitativa e qualitativa concomitante a oferta destes dois cursos. A Universidade recebeu 236.453 inscrições de trabalhadores ACS e ACE. O curso encontra-se em fase de finalização, com 196 mil estudantes ativos, e, até a presente data, com 175.743 estudantes diplomados (89,8% dos ativos). A pesquisa revelou que o curso contemplou profissionais de todas as regiões do país. Dentre os diplomados temos 76.609 estudantes do Nordeste, 51.350 do Sudeste, 18.190 do Norte, 17.022 do Sul e 12.572 do Centro-Oeste. A média de idade foi de 51,5 +/- 2,6 anos, muitos com mais de 20 anos de atuação, sem nunca ter realizado formação técnica anteriormente. ACS e ACE manifestaram satisfação pela possibilidade de formação e também identificaram a aplicação prática dos conteúdos para melhorar seus processos de trabalho, ganharam novas habilidades e ampliaram competências profissionais que impactam em melhorias assistenciais para a população. Conclui-se que houve baixa evasão, e que o projeto permitiu a qualificação de trabalhadores que desempenham funções essenciais no sistema de saúde brasileiro.

Palavras-chave: Educação permanente; Educação em Saúde; Formação em saúde; Saúde pública; Território.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil o acesso ao sistema de saúde se dá, preferencialmente, pela Atenção Primária à Saúde (APS). A APS é representada pelas unidades básicas de saúde, que teoricamente estão mais próximas geograficamente da população, visto que trabalham com áreas geográficas específicas. A APS é descentralizada e tem como missão facilitar o acesso das pessoas à Rede de Atenção à Saúde (RAS), orientando-se pelos princípios da universalidade, acessibilidade, vínculo, continuidade do cuidado, integralidade da atenção, responsabilização, humanização, equidade e participação social (BRASIL, 2006). Uma das principais bases dessa política é a ampliação da Estratégia de Saúde da Família (ESF) nos municípios brasileiros, onde os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) exercem um papel

central. O ACS é fundamental para estabelecer a relação entre a comunidade e o serviço de saúde, desenvolver ações de promoção da saúde e prevenção de doenças e agravos, contribuindo diretamente para uma melhor qualidade de vida da população e, indiretamente, para as questões sociais nas comunidades (COSTA et al, 2013). As mudanças epidemiológicas das últimas décadas exigem do ACS um papel mais ativo na prevenção e acompanhamento das doenças crônicas, saúde mental, violência e outros agravos prevalentes na população.

A consolidação da APS no país também envolveu a descentralização das ações de vigilância em saúde. Uma das estratégias indutoras para alcançar a integração entre a Vigilância em Saúde e a Atenção Primária à Saúde é a incorporação do Agente de Combate às Endemias (ACE) na atenção primária junto às Equipes de Saúde da Família. A incorporação do ACE nas equipes de saúde pressupõe a reorganização dos processos de trabalho, com integração das bases territoriais dos agentes comunitários de saúde e do agente de combate às endemias, com definição de papéis e responsabilidades. O ACE tem como atribuição “o exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e sob supervisão do gestor de cada ente federado”. A integração entre a Vigilância em Saúde e a Atenção Primária à Saúde é condição obrigatória para a construção da integralidade na atenção e para o alcance dos resultados, com desenvolvimento de um processo de trabalho condizente com a realidade local, que preserve as especificidades dos setores e compartilhe suas tecnologias. Os ACE atuam no sentido de desenvolver ações que auxiliam e complementam as atividades das várias áreas da vigilância em saúde nos municípios (BRASIL, 2018a).

Assim, face aos novos cenários epidemiológicos – em que se observa aumento da ocorrência de doenças crônicas, endemias, situações de violências, é urgente o investimento na capacitação teórica e prática dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias. Buscando esta capacitação, o Ministério da Saúde lançou a proposta de criação dos Cursos Técnico em Agente Comunitário de Saúde e Técnico em Vigilância em Saúde com Ênfase no Combate às Endemias. A partir de um edital público, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) foi a instituição de ensino escolhida para desenvolver e implementar estes dois cursos de nível técnico a serem ofertados em âmbito nacional.

O objetivo deste trabalho é descrever a implementação do Programa Saúde com Agente no âmbito da UFRGS, e o quantitativo de diplomados nacionalmente, bem como suas percepções sobre os cursos ofertados.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Foram desenvolvidos dois cursos híbridos, que ofertaram 200 mil vagas. O curso ocorreu de agosto de 2022 a outubro de 2023, e atualmente, há ainda um conjunto de estudantes finalizando atividades. O curso contou com 26 disciplinas, todas com exigência de frequência nas atividades e notas mínimas para aprovação. Os cursos tiveram uma metodologia híbrida de ensino-aprendizagem com um conjunto de disciplinas comuns aos dois cursos ofertados, e um conjunto de disciplinas específicas a cada uma das formações. Cada um dos cursos totalizou 1.275 (mil e duzentas e setenta e cinco) horas, sendo 810 horas teóricas acompanhadas por um sistema de tutoria e 465 horas de atividades práticas acompanhadas por um sistema de preceptoria. Dificuldades específicas de estudantes nas disciplinas, reportadas por tutores e preceptores à equipe de coordenação. Para dirimir dúvidas dos estudantes e orientá-los quanto as etapas do processo formativo, foram desenvolvidos vários canais de comunicação, utilizando-se as redes sociais. Assim, foram postados cards com dicas de estudos e publicações de conteúdos extras em Instagram, Telegram e Facebook. Além disso, foram divulgadas entrevistas com profissionais de saúde

especialistas, gravadas em canal do Youtube. A pesquisa que acompanhou o processo formativo contou com um componente qualitativo e um quantitativo. O componente qualitativo envolveu observação em campo, visitas em municípios de grande e de pequeno porte nas cinco regiões do país, com produção de relatórios, imagens, vídeos e com diários de campo, além de entrevistas com estudantes, tutores, preceptores e gestores de saúde, e grupos focais. O componente quantitativo envolveu a aplicação de um instrumento que coletou informações sobre o perfil sociodemográfico e profissional dos estudantes.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A UFRGS criou um sistema de registros específico para atender o Programa Saúde com Agente. O sistema de inscrições recebeu documentos de quase 240 mil profissionais que se inscreveram para as 200 mil vagas. A quantidade de inscrições recebidas evidenciou o interesse dos trabalhadores pela formação técnica frente aos desafios atuais do sistema de saúde brasileiro (BRASIL, 2018a; GIOVANELLA et al, 2019; MACHADO; XIMENES NETO, 2018). A qualificação dos profissionais ocorreu no desenvolvimento dos cursos técnicos com modelo híbrido de formação, valorizando disciplinas práticas que dialogavam com as atividades profissionais do cotidiano dos trabalhadores, utilizando-se como base a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (BRASIL, 2018b).

O principal resultado deste trabalho é a diplomação de 175.743 trabalhadores de saúde em nosso país (89,8% dos ativos). O percentual de aprovação supera expectativas médias que quaisquer cursos com tecnologia de educação a distância em nosso país, evidenciando-se assim o engajamento nacional no curso. A média de idade dos estudantes foi de 51,5 +/- 2,5 anos, 77% do sexo feminino, e 45% tinham entre 6 e 15 anos de trabalho, dados semelhantes a estudo desenvolvido no Tocantins (GUIMARÃES; MUCARI, 2017). No componente qualitativo, observou-se que os participantes manifestaram satisfação pela possibilidade de uma formação técnica de qualidade, e também citaram muitas possibilidades de aplicação prática dos conteúdos trabalhados no curso, para melhorar seus processos de trabalho nas comunidades. Outros pontos positivos citados nas entrevistas foi o desenvolvimento de novas habilidades, e possibilidade de ampliarem competências profissionais que impactam em melhorias assistenciais para a população.

Além destes estudantes, o projeto organizou um sistema de tutoria e preceptoria com processo de trabalho hierarquizado, e capacitou 4.400 profissionais para a função de tutoria na área da saúde e quase 11.000 profissionais da saúde atuando como preceptores na área de Atenção Primária à Saúde e na área de Vigilância em Saúde. Constitui ainda resultado do projeto a criação de todo o material pedagógico - constituído de vídeos-aula, aulas interativas, e-books, quiz avaliativos e material de orientação para as atividades práticas, a gestão das mídias sociais que envolveu 4.592 membros em conta de Telegram; 156.000 pessoas em Canal de Instagram; 18.000 pessoas em conta de Facebook e 67.600 pessoas em Instagram. Tendo em vista a magnitude do Programa, as atividades foram noticiadas em diversos jornais locais. Neste trabalho destacamos a visita realizada no município de Juiz de Fora, retratada em notícia de jornal conforme imagem que segue.

PJF recebe representantes do programa Saúde com Agente da UFRGS



A Prefeitura de Juiz de Fora (PJF) recebeu nesta semana duas representantes do programa Saúde com Agente na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a professora Maria Gabriela Curubeto Godoy e a secretária geral, Tácia Borges de Oliveira Miller.

A equipe da UFRGS está realizando visitas de acompanhamento do projeto e o município de Juiz de Fora foi selecionado para recebê-las. Foram realizadas reuniões com preceptores e gestão e com os alunos dos cursos técnicos em Agente Comunitário de Saúde e em Vigilância em Saúde com Ênfase no Combate às Endemias, na UBS Bandeirantes.

Figura 1- Imagem de visita realizada em Juiz de Fora - MG. Fonte: <https://www.pjf.mg.gov.br/noticias/view.php?modo=link2&idnoticia2=80694>

4 CONCLUSÃO

Verificamos a viabilidade de oferta de cursos de formação regular nacionais, incluindo atividades presenciais práticas, utilizando um sistema tecnológico apropriado. Conclui-se que houve baixa evasão, e que o projeto permitiu a qualificação de um número muito expressivo de trabalhadores que desempenham funções essenciais no sistema de saúde brasileiro, contribuindo para a qualificação da força de trabalho do Sistema Único de Saúde.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Lei 13.595 de 05 de janeiro de 2018. Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para dispor sobre a reformulação das atribuições, a jornada e as condições de trabalho, o grau de formação profissional, os cursos de formação técnica e continuada e a indenização de transporte dos profissionais Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 18 abr. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13595.htm Acesso em: 19 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 648/GM, de 28 de março de 2006. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para o Programa Saúde da Família (PSF) e o Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS). **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 28 mar.

2006. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/prtGM648_20060328.pdf. Acesso em: 19 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde: o que se tem produzido para o seu fortalecimento? / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação na Saúde. Brasília: **Ministerio da Saude**, 2018. 73 p. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_educacao_permanente_saude_fortalecimento.pdf Acesso em: 19 nov. 2023.

COSTA, Simone de Melo *et al.* Agente Comunitário de Saúde: elemento nuclear das ações em saúde. **Ciência & Saude Coletiva**, v. 18, n. 7, p. 2147-2156, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/Hp8zXRHDfeytm6vFb58dRhj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 nov. 2023.

GIOVANELLA, Lígia *et al.* De Alma-Ata a Astana. Atenção primária à saúde e sistemas universais de saúde: compromisso indissociável e direito humano fundamental. **Cadernos de Saude Publica**, v. 35, n. 3, p. e00012219, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/9rWTS9ZvcYxqdY8ZTJMmPMH/>. Acesso em: 18 nov. 2023.

GUIMARÃES, Maria Sortênia Alves; MUCARI, Talita Buttarello; SOUSA, Maria Fátima. Perfil sociodemográfico dos agentes comunitários de saúde da Estratégia Saúde da Família no município de Palmas-TO. **DESAFIOS-Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins**, v. 4, n. 3, p. 60-72, 2017. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/desafios/article/view/3371>. Acesso em: 18 nov. 2023.

MACHADO, Maria Helena; XIMENES NETO, Francisco Rosemiro Guimarães. Gestão da educação e do trabalho em saúde no SUS: trinta anos de avanços e desafios. **Ciência & Saude Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1917-1981, jun. 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232018000601971&lng=pt&nrm=i so&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232018000601971&lng=pt&nrm=i%20so&tlng=pt). Acesso em: 18 nov. 2023.